



A Pluralidade Religiosa nas Instituições de Longa Permanência para Idosos¹: resultados de uma Análise Documental

Religious Plurality in Long Stay Institutions for the Elderly: results of a Document Analysis

Ernani Francisco dos Santos Neto²

Resumo: O presente artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado em Ciência da Religião, a qual busca compreensão sobre a presença religiosa nos espaços asilares de Juiz de Fora – MG. Partindo de uma Análise Documental, o estudo explana documentos de natureza pública de 10 Instituições de Longa Permanência para Idosos. A pesquisa revela que a presença de atividades religiosas, portanto, de religiões, é frequente na maioria das instituições e que essa presença não é apenas de um seguimento religioso, mas sim de vários. Constatou-se que a presença religiosa no interior das ILPIs é plural, mesmo se tratando de uma pluralidade distribuída predominantemente no segmento cristão (católicos, espíritas e evangélicos).

Palavras-chave: ILPIs. Religião. Pluralidade. Envelhecimento.

Abstract: This article presents part of the results of a doctoral research in Science of Religion, which seeks to understand the religious presence in asylum spaces in Juiz de Fora - MG. Based on a Document Analysis, the study explains documents of a public nature from 10 Long Stay Institutions for the Elderly. The research reveals that the presence of religious activities, therefore, of religions, is frequent in most institutions and that this presence is not only of a religious segment, but of several. It appears that the religious presence within the ILPIs is plural, even in the case of a plurality predominantly distributed in the Christian segment (Catholics, Spiritualists and Evangelicals).

Keywords: ILPIs. Religion. Plurality. Aging.

Introdução

O envelhecimento populacional brasileiro já é uma realidade. Essa afirmação se sustenta amparada na rápida mudança do perfil demográfico com destaque para o aumento de pessoas idosas. Esse crescente e acelerado processo de envelhecimento traz em si preocupações em múltiplos domínios. No caso do Brasil, como destacado por

¹ No decorrer do texto será utilizado a sigla ILPIs ao referir-se as Instituições de Longa Permanência para Idosos

² Doutorando em Ciência da Religião pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPCIR/UFJF). Mestre em Ciência da Religião (PPCIR/UFJF). Psicólogo (Faculdade Machado Sobrinho). Bolsista CAPES. E-mail: ernanineto.psi@gmail.com



Ferreira, Correia, Banhato (2010), essa nova realidade tem evidenciado impactos diretos no contexto sociopolítico, econômico e também no *contexto religioso* (acréscimos nossos). Nesse cenário a visibilidade recai sobre um indivíduo antes esquecido, o idoso. Nos dias atuais, ao falar da pessoa idosa e/ou do campo do envelhecimento, apenas uma constatação se apresenta, a de mudanças. A respeito de mudanças atreladas a esse campo, de acordo com Groisman (1999), ocorreu nos anos 1990 um “boom gerontológico” e a velhice foi convertida em matéria de interesse público, sendo cada vez mais abordada pela mídia que abriu espaço para um número crescente de especialidades e de serviços voltados para essa faixa etária. Segundo o autor, “a terceira idade tornou-se uma espécie de moda com a constituição de um mercado de consumo específico” (GROISMAN, 1999, p.68). Ele ainda ressalta que esse novo cenário é também resultante da intensa transição demográfica pela qual passa o país, com destaque para a população envelhecida que gerou interesses de vários setores pelo campo do envelhecimento, com destaque para os setores da saúde e da economia.

Nesta conjuntura, ganha visibilidade a velhice e, conseqüentemente, os asilos, melhor dizendo, as Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPIs definidas pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) como “instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania” (BRASIL, RESOLUÇÃO - RDC N° 283/2005). No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a ANVISA, é responsável pela regulamentação dessas instituições, entendendo as ILPIs como domicílios coletivos que oferecem cuidados e algum tipo de serviço de saúde. Uma vez que são híbridas, as ILPIs devem compor não só a rede de assistência e saúde, mas também de habitação (BRASIL, RESOLUÇÃO - RDC N° 283/2005).

O termo ILPIs traz consigo um novo paradigma de residência para pessoas acima de 60 anos que extrapola o caráter meramente assistencial. Trata-se, segundo Peixoto (2011), de sugerir uma nova vida de asilamento que não está desligado da morada de origem. No passado, estas instituições tinham um caráter religioso bem delineado, mas com o avanço da ciência e da tecnologia e, conseqüentemente, da expectativa de vida, houve a necessidade de se repensar os cuidados com a população idosa e principalmente no campo institucional asilar. O avanço do capitalismo e a



emergência de novas formas de cuidado ao idoso deram a esta instituição secular uma nova roupagem. A presença de uma variedade de técnicos, especialistas e serviços em saúde, como médicos, enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas, nutricionistas, odontólogos, educadores físicos, geriatras, gerontologistas e outros, bem como a de serviços técnicos como a arteterapia, musicoterapia, e outros, tornaram o antigo asilo em um novo lugar, com uma imagem mais condizente com a modernidade.

Na literatura não há um dado preciso sobre o número de ILPIs existentes no Brasil. Um levantamento acerca dessa realidade pode estar ainda em construção e, possivelmente, demande esforços de várias áreas. Mas isso não significa que estamos totalmente desamparados, já que encontramos algumas pesquisas sobre o assunto mesmo que timidamente. Conforme Peixoto (2011), os dados sobre as características das ILPIs a nível nacional, levantados pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, acerca da realidade brasileira apresentam um número de 3.549 instituições, dentre as quais 65,2% são filantrópicas e apenas 6,6% são públicas. A pesquisa revela que as instituições criadas entre os anos de 2000 a 2009, em sua maioria, são privadas e com fins lucrativos (57,3%), apontando para uma mudança no perfil das instituições. Partindo de estudos mais recentes, de acordo com Accioly (2020), esse número mais que duplicou em 10 anos, atingindo um total de 7.292 instituições, evidenciando um aumento de mais 105,52%. Outra informação que se destaca é a redução do tamanho das novas ILPIs privadas e a diferença entre os sexos: 57% das pessoas institucionalizados são do sexo feminino. A estes dados, soma-se a argumentação de uma mudança no perfil das instituições.

A revisão de literatura também aponta que os serviços mais presentes nas ILPIs são as especialidades e serviços médicos. Um estudo acerca das ILPIs realizado pelo IPEA no ano de 2008 revelou que na região Sul, entre os anos de 2007 e 2008, os serviços mais comuns nas ILPIs de Santa Catarina foram os serviços médicos com 81% e as especialidades, com destaque para a fisioterapia com 54,8%. O estudo também mostrou que 27,4% das ILPIs ofereceram o serviço de Terapia Ocupacional.

Em outro estudo acerca das ILPS no Brasil, os autores Camarano e Kanso (2010), demonstraram que os serviços mais frequentes nessas instituições são os serviços médicos, seguidos pelos de fisioterapia, correspondendo a 66,1% e 56%, respectivamente. Para Rocha (2018), esses dados são um reforço para o perfil das ILPIs



perante a ANVISA. O autor expõe que as ILPIs vão se estabelecendo no mercado brasileiro como um local destinado a idosos e que devido sua condição de saúde, não tem mais capacidade de autocuidado nas suas atividades diárias e por isso necessitam de cuidados especializados.

As ILPIS, além de serem vistas como espaços de assistência, tornaram-se também espaços de promoção à saúde. No entanto, o que antes parecia definido e claro, agora se tornou complexo e plural. Frente ao aumento da população idosa, mediada pela quantidade de idosos à procura de instituições na modalidade asilar, as ILPIs abriram suas portas permitindo e/ou patrocinando também a vivência do religioso em seu interior.

Na revisão de literatura sobre a espiritualidade em pessoas idosas, Moreira (2021, p.01) destacou que “as crenças religiosas, práticas de devoção e atividades ligadas a grupos religiosos são mais comuns entre os idosos do que em qualquer faixa etária”. O autor evidencia que, para as pessoas idosas, as questões relacionadas à religiosidade têm significado muito especial, principalmente entre aqueles que vivenciam problemas de saúde, seja por doença ou pelos agravos decorrentes desta. Esta relação e valorização também são destacados nos estudos de Duarte *et al.* (2008), Costa, Gottlieb e Moriguchi(2012), Cardoso e Ferreira (2009), entre outros.

Sem embargo, evidenciamos uma mudança no panorama religioso da instituição para idosos. Partimos do pressuposto de que a presença religiosa no espaço institucional asilar é um reflexo de diferentes fenômenos modernos: o aumento da população idosa e o fenômeno do pluralismo religioso “uma situação social na qual pessoas de diferentes etnias, cosmovisões e moralidades vivem juntas pacificamente e interagem amigavelmente” (BERGER, 2017, p.20). Acredita-se que essa mudança ocorre devido a vários fatores, entre eles, a aproximação de áreas como saúde e religião, a exemplo, a inclusão da dimensão religiosa na conceituação de saúde em 1983 pela OMS (Organização Mundial de Saúde), quando a saúde deixou de ser vista apenas como ausência de doença para significar um estado dinâmico de completo bem-estar físico, mental, *espiritual* e social (grifos nossos). Outra possível influência vem da pluralidade religiosa que se caracteriza como uma nova tendência contemporânea, trazendo consigo o deslocamento do religioso, a maior visibilidade e a valorização das antigas e novas tradições religiosas.



Não é possível abordar a questão da pluralidade religiosa sem antes falar da dificuldade tocante aos termos utilizados para que esta questão seja abordada. Esta afirmação se confirma logo no começo da revisão da literatura quando se pode observar nas diretrizes e os documentos pertinentes à diversidade, assim como nas produções científicas, os vários termos empregados para tratar dessa questão.

A palavra pluralidade se originou do latim tardio “pluraritas-atis”, que significa multiplicidade, diversidade. Da mesma raiz teria se formado o vocábulo pluralismo, isto é, do adjetivo “pluralis”, tendo o sentido de plural, com o acréscimo do comparativo “plus”, significando mais. Com atenção voltada à etimologia da palavra, Ribeiro de Sá (2017) verificou que o conteúdo de ambos os termos é sinônimo, em contrapartida, os dois têm funções diferentes. A pluralidade é um substantivo e o pluralismo um adjetivo que recebeu o acréscimo do comparativo “plus” que, segundo as fontes consultadas, indicam mais do que uma simples pluralidade ou unidade. No tocante ao termo pluralidade, Ribeiro e Catenaci (2017) descrevem que este teria um caráter valorativo, tratando do quanto os sistemas religiosos existentes no mundo ou os de uma religião específica são, de fato, distintos.

Ribeiro e Franco (2020), ao analisar a situação pluralista também encontram dificuldades acerca do termo, principalmente quando se trata de diversidade e pluralismo. Eles compreendem a diversidade religiosa como “um conceito descritivo que possibilita captar o fenômeno observável da vasta quantidade de ofertas religiosas e de espiritualidades disponíveis e apresentadas em dado contexto social” (RIBEIRO; FRANCO, 2020, p.309). Para eles, a noção de diversidade é entendida como sinônimo de pluralidade, distinguindo-se do conceito ético-normativo e político de pluralismo religioso, utilizado para se pensar as possibilidades de convivências justas, dialógicas, respeitosas e democráticas entre os diferentes grupos religiosos, incluindo a relação entre religiosos e não religiosos.

Em nossa investigação, também entendemos os termos pluralidade e diversidade como sinônimos, sendo aqui utilizados para representar a variedade de religiões presentes em uma dada cultura. O pluralismo religioso é pensado em uma perspectiva sociológica, percebido como um processo e como um paradigma, isto é, como um fenômeno que explica o contexto religioso das sociedades atuais.

Como exposto acima, as ILPIs nas suas novas formas de cuidados asilares



buscam superar o então, e ainda predominante, estigma asilar. Como estratégia, disponibilizam um variado leque de serviços e profissionais, sendo a prática religiosa uma dessas ofertas/atividades valorizadas pela instituição. Como resultado, é possível que haja um novo cenário acerca da presença religiosa no espaço asilar. Diante disso, este artigo tem em vista responder a essa problemática, no caso, se há pluralidade religiosa nas ILPIs.

1. Método

Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que tem como método de análise de dados a Análise Documental. Esse instrumento é descrito por Bardin (1977, p.45) como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência”. Segundo a autora, a análise documental “tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação por intermédio de procedimentos de transformação” (BARDIN, 1977, p.45), ou seja, a representação condensada da informação para consulta e armazenagem.

Salientamos que a pesquisa documental “[...] é aquela que se inclina sobre fontes de informação que não receberam organização, tratamento analítico ou publicação” (SILVA; SILVEIRA, 2014, p.157 *apud* SANTOS, 2004). Entre estas fontes, Silva e Silveira (2014, p.157) listam “cartas, relatórios, documentos arquivados em órgão público, associações e sindicatos, diários, fotos e outros”. Nesse leque é preciso esclarecer o que se entende por um documento. Para Cellard (2012), o documento consiste em todo texto escrito, manuscrito ou impresso registrado em papel. O autor explica que os documentos podem ser repartidos em dois grandes grupos, os arquivados e os que não são arquivados. Eles podem ser de natureza pessoal, privada ou pública. Nesta pesquisa, a proposta é debruçar-se sobre os documentos de natureza pública, que segundo Cellard (2004), trata-se de:

Uma documentação geralmente volumosa, e por vezes, organizada segundo plano de classificação, complexos e variáveis no tempo, ainda que seja dita pública nem sempre é acessível, esse tipo de arquivo compreende comumente os arquivos governamentais (federais, regionais, escolares e municipais) os arquivos de estado



civil assim como alguns arquivos de natureza notarial e jurídica (CELLARD, 2012, p.257).

A análise documental foi realizada tendo como fonte de dados os documentos de natureza pública, especificamente, os Relatórios de Atividades e Planos de Ação das instituições para idosos referentes aos anos de 2018 e 2019. Esses dados não trazem nenhuma ideia de defasagem quanto ao ano, visto que, durante o período de 2020/2021, as instituições, ao aderirem ao isolamento social, suspenderam suas atividades devido ao surto pandêmico da COVID-19. Os prazos para a atualização dos documentos foram prorrogados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Juiz de Fora (CMDPI/JF), sendo validados os documentos dos anos anteriores, no caso, 2018 e 2019, respectivamente. A seleção da amostra foi realizada tendo por base as instituições devidamente cadastradas e certificadas pelo CMDPI/JF. A listagem das instituições credenciadas e certificadas pelo órgão, engloba 29 instituições, sendo que destas, 08 são consideradas entidades e associações, portanto, não se configuram como instituições de longa permanência.

O universo amostral foi constituído de 21 instituições. Nesse primeiro momento, o critério adotado para a inclusão das instituições no estudo foi quantitativo. Dessa forma, foram selecionadas as instituições com maior número de vagas disponíveis. Dos 21 documentos disponibilizados pelo CMDPI/JF, foram selecionadas as 10 instituições com o maior número de residentes. Para uma melhor compreensão dos dados e buscando preservar o anonimato de cada uma das instituições, optou-se pelo uso de um número cardinal correspondente a classificação de cada instituição em relação ao número de idosos atendidos (ILPIs - 01; ILPIs - 02; ILPIs - 03 e assim sucessivamente).

Os Relatórios de Atividades e Planos de Ação são documentos necessários para a inscrição e certificação das instituições. Estes documentos são solicitados pelo Conselho do Idoso com outras informações. Os documentos devem fornecer dados institucionais e informações sobre as características das instituições, bem como apresentar os serviços e atividades disponibilizados por elas. O Plano de Ação traz uma identificação das ILPIs e dos seus responsáveis. É um planejamento das ações que serão executadas contendo informações de oferta, de assistência, de serviços ou de programas requeridos pela instituição social. Já os Relatórios de Atividades, além de expressar os

dados e características institucionais, descrevem, efetivamente, o que foi realizado pela instituição durante o ano. É, portanto, uma descrição detalhada das atividades executadas e dos serviços oferecidos pela instituição social.

Entre os conteúdos apresentados nos documentos, focamos nossa atenção em analisar: 1) a natureza jurídica e o total de vagas, 2) as finalidades estatutárias, 3) os objetivos, 4) a infraestrutura, 5) o público alvo, 6) os serviços oferecidos e, 7) as atividades semanal/mensal.

2. Análise e Discussão dos Dados

No quadro 01, apresentamos: classificação numérica das instituições, natureza jurídica e total de vagas, quantidade de instalados, taxa de ocupação e a quantidade de homens e mulheres por instituição.

Quadro 01. Dados Gerais das Instituições Pesquisadas

Instituições	Filantrópicas	Privadas	Total de Vagas	Instalados	Ocupação	Homens	Mulheres	% Homens	%Mulheres
ILPIs 01	Sim	Não	145	145	100,00	73	72	50,34	49,66
ILPIs 02	Sim	Não	80	70	87,50	12	58	17,14	82,86
ILPIs 03	Não	Sim	80	62	77,50	25	37	40,32	59,68
ILPIs 04	Não	Sim	67	52	77,61	14	38	26,92	73,08
ILPIs 05	Sim	Não	40	39	97,50	0	39	0	100,00
ILPIs 06	Não	Sim	40	32	80,00	9	23	28,13	71,88
ILPIs 07	Não	Sim	36	34	94,44	12	22	35,29	64,71
ILPIs 08	Sim	Não	30	27	90,00	5	22	18,52	81,48
ILPIs 09	Sim	Não	30	26	86,67	4	22	15,38	84,62
ILPIs 10	Não	Sim	27	20	74,07	4	16	20,00	80,00
Total	5	5	575	507	88,17	158	349	31,16	68,84

Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosade Juiz de Fora– CMDPI/JF.

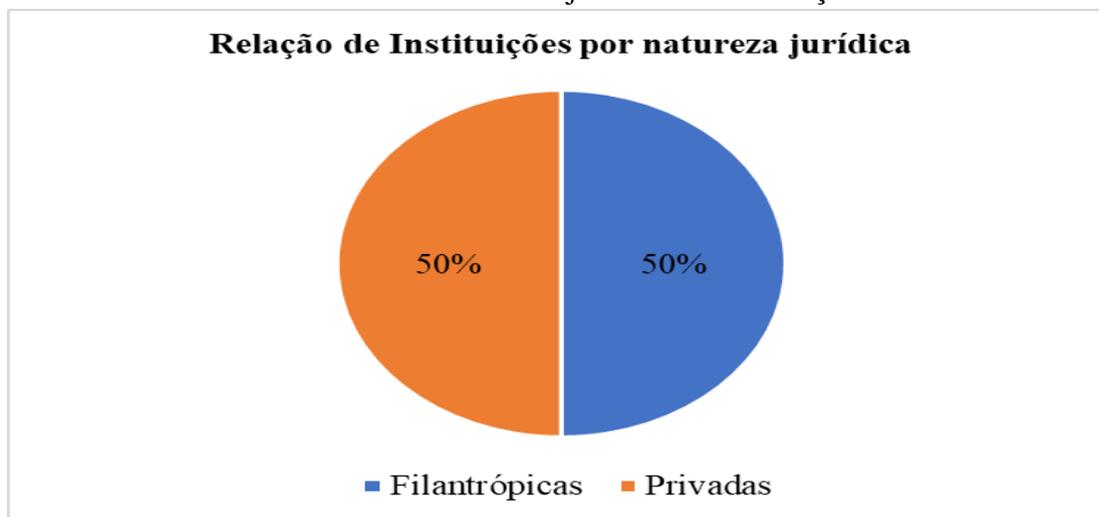
2.1 Natureza Jurídica e Total de Vagas

Na amostra foi possível verificar variações quanto à *Natureza Jurídica* de cada instituição. Das 10 instituições selecionadas (05), cinco são classificadas como de natureza filantrópica. São elas as instituições 01, 02, 05, 08, 09. As instituições de natureza filantrópica são percebidas como uma espécie de entidade sem fins lucrativos. Atuando conforme o interesse e a necessidade da comunidade onde se localizam sem

visar o lucro. Grande parte dessas instituições está voltada para a assistência social e a saúde. A instituição de número 08, além da categorização acima, se autointitula como sendo também uma associação religiosa. As cinco instituições correspondentes aos números 03, 04, 06, 07, 10 são de natureza jurídica privada. Estas instituições são criadas, mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, se dividindo em instituições privadas com fins lucrativos ou privadas sem fins lucrativos. Em sua maioria, têm como finalidade o lucro. Considerando as 10 instituições pesquisadas, o total de vagas computadas foi de 575. O total de instalados atinge 507 idosos, revelando um total de 88,17% de ocupação. A disparidade ocorre quanto à categoria de gênero. Enquanto o número total de homens é de 158, o de mulheres chega a ser mais que o dobro, precisamente, 349.

Os dados de nossa amostra se aproximam do que revela a literatura acerca das instituições asilares no Brasil ao demonstrar resquícios de um passado no qual a maioria das instituições eram de natureza pública e/ou de natureza filantrópica. Atualmente constata-se um crescimento das instituições de origem privada. No gráfico 01 é possível visualizar essa realidade:

Gráfico 01. Natureza jurídica das instituições

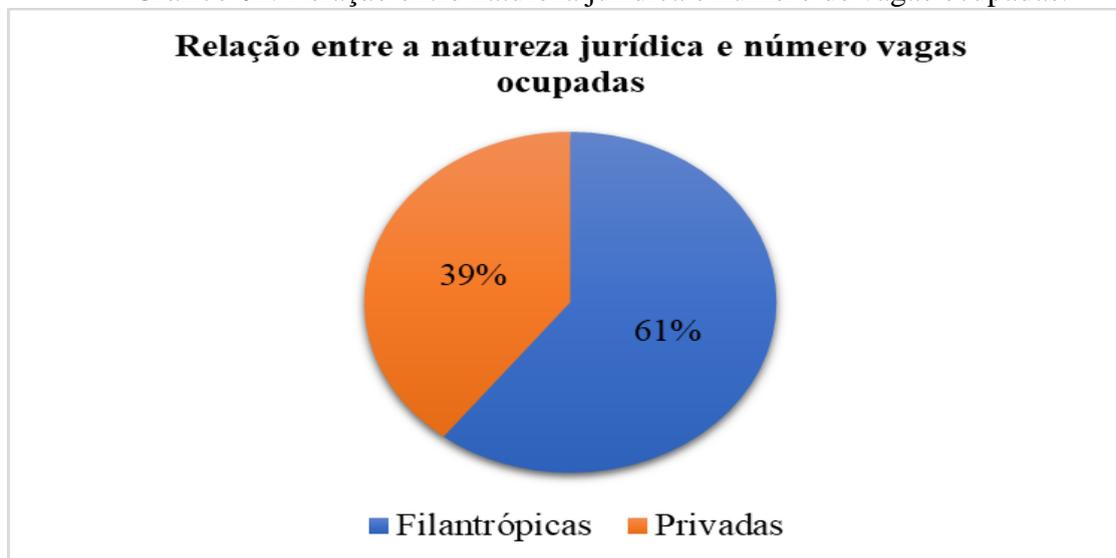


Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosade Juiz de Fora.

Esse aumento pôde ser verificado ao igualarem-se as instituições filantrópicas, quando 50% das instituições são dessa natureza, confirmando os dados acerca do aumento das ILPIs privadas Brasil. Outro dado que a análise dos documentos revela é a

relação entre a natureza jurídica quanto ao número de vagas ocupadas. Vejamos o gráfico abaixo

Gráfico 02. Relação entre natureza jurídica e número de vagas ocupadas.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Juiz de Fora.

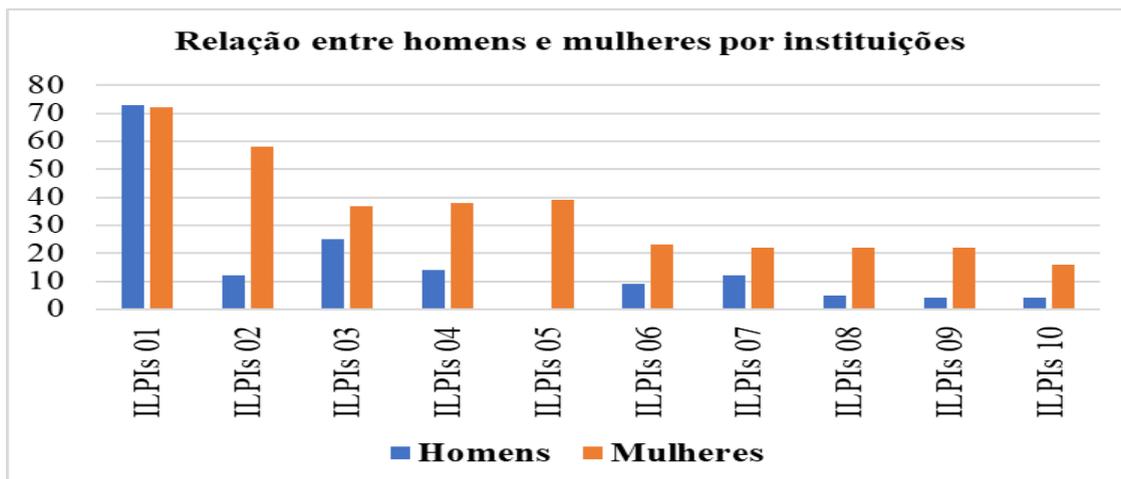
As instituições filantrópicas detêm o maior número de idosos institucionalizados. Isso se deve ao fato de que estas instituições possuem o maior número de leitos ofertados e uma ampla oferta de serviços em saúde. Elas também detêm o maior número de ocupação, o equivalente a 61%, para 39% das instituições de caráter privado. A maior porcentagem de ocupação das instituições filantrópicas é decorrente de diversos fatores (econômicos, sociais, familiares, vulnerabilidade social, saúde-doença, etc.), já que essas, em sua maioria, mantêm um olhar atento para o acolhimento de idosos carentes e/ou em situação de vulnerabilidade social. A análise também evidencia que houve um aumento de instituições privadas ofertando serviços semelhantes aos das instituições filantrópicas, nas quais têm a prevalência os serviços de saúde.

Uma curiosidade que a leitura dos dados revelou foi que todas as instituições filantrópicas pesquisadas possuem um laço com a religiosidade, visto que todas têm uma figura religiosa dando nome à instituição. Elas declaram nos documentos que mesmo tendo uma origem religiosa, não se configuram como instituições de cunho religioso. No geral, verifica-se que entre as instituições, tanto de natureza filantrópica

como as privadas, a taxa de ocupação atinge 88,17% das vagas ocupadas, apontando para uma alta procura pelos serviços de acolhimento.

A análise mostrou a disparidade da relação entre os sexos: o número de mulheres é mais que o dobro de homens, independentemente da natureza jurídica das instituições, como se observa no gráfico 03.

Gráfico 03. Relação entre homens e mulheres por instituição

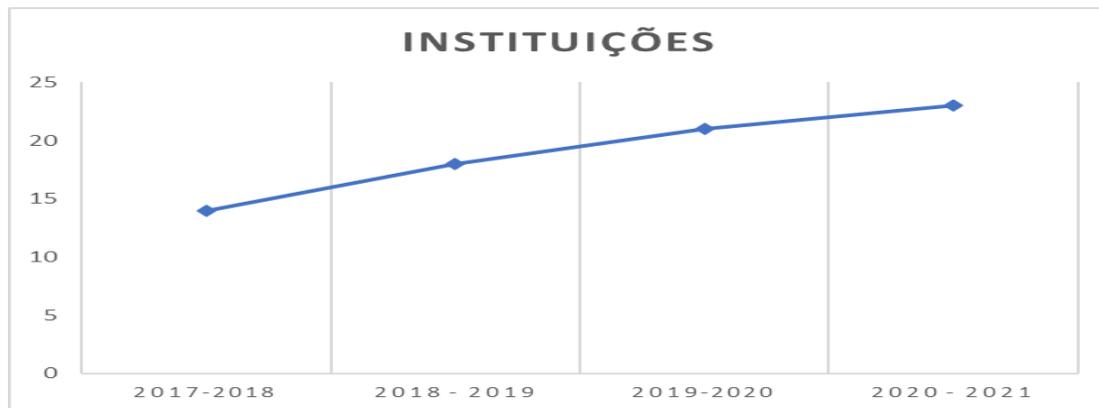


Fonte: Elaborado pelo autor. (2022). Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosade Juiz de Fora.

A análise dos dados aponta para o crescimento das ILPIs privadas. No ano de 2017, o portal de notícias³ da Prefeitura anunciou a certificação das ILPIs que prestam serviços na cidade. Nesse ano foram cadastradas 14 ILPIs, sendo que um ano após esse número quase duplicou. Em um levantamento realizado no início de 2018, a cidade possuía um total de 23 instituições, sendo que 18 eram credenciadas e cinco ainda estavam em processo de regularização. Em 2019, o número se manteve em crescimento, sendo as 23 anteriores certificadas. Nos anos seguintes, 2020 e 2021, a relação das ILPIs foi atualizada: 33 solicitaram credenciamento ou renovação junto ao órgão, sendo que apenas 29 instituições e entidades estavam devidamente certificadas e destas, 21 eram especificamente instituições de longa permanência. Esse crescimento está representado na figura abaixo:

³ Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=57000>. Acesso em 04/08/2020 as 10h e 22min.

Gráfico 04. Índice de crescimento anual das ILPIs



Fonte: Elaborado pelo autor. Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Juiz de Fora – CMDPI/JF.

O que se verifica é um crescimento frequente, o número de ILPIs aumenta, ganhando visibilidade às instituições de natureza jurídica privada.

2.2 Finalidades Estatutárias

O segundo quesito analisado foram as finalidades estatutárias. As informações contidas nos documentos indicam que as finalidades diferem umas das outras, contudo, se aproximam quanto à oferta de uma prestação de serviço. As instituições têm como finalidades estatutárias diferentes propostas, sendo que as que mais prevalecem são as ofertas de:

- a) Proteção social e internato: ILPIs 01, 04, 05, 08;
- b) Oferta de acolhimento: ILPIs 05 e 10;
- c) Prestação de serviços médico-hospitalares: - ILPIs 09;.
- d) Assistência a idosos carentes: ILPIs -01, 02, 08;
- e) Hospedagem: ILPIs 07.

Observa-se que as ILPIs de natureza filantrópica declaram a oferta de atendimento e assistência a idosos carentes. Já as instituições de caráter privado buscam ofertar serviços de hospedagem coletiva, abrigo, internato e proteção social. A instituição de número 09, diferente das demais, apresenta sua finalidade dando ênfase às atividades médico-hospitalares e a instituição número 02 declara que, mesmo baseada em princípios da doutrina espírita, não se caracteriza como uma instituição religiosa. Apenas as instituições de números 03 e 06 não descreveram suas finalidades



estatutárias.

2.3 Objetivos

O terceiro quesito avaliado foram os objetivos institucionais. Assim como as demais categorias, os objetivos de cada instituição também diferem. A prevalência repousa em três tendências:

1. em primeiro, oferta de atendimento aos residentes - ILPIs 04, 05, 06, 08;
2. em segundo lugar, os objetivos mais citados se amparam na oferta de Qualidade de vida⁴ – ILPIs - 03, 07, 10; e,
3. em terceiro, as instituições que objetivam atendimento global ao idoso - Prestação de serviços médico-hospitalares e especialidades técnicas emélicas – as ILPIs - 01, 02 e 09.

2.4 Infraestrutura

Em relação às normas estabelecidas pela vigilância sanitária, todas as instituições declararam estar de acordo. Uma vez que, nesse quesito, o que as caracteriza é a forma de organização, a infraestrutura pode variar de instituição para instituição. A estrutura mais descrita comporta: recepção; setores administrativos; escritórios; espaço adaptado ao idoso com varandas e pátios; dormitórios com quartos amplos, podendo ser individuais ou coletivos, abrigando de 2 a 4 idosos; banheiros adaptados para os residentes e funcionários; salas de convivência, artesanato, TV, reunião, jogos, recreação, informática; refeitórios; cozinha; copa; almoxarifados; área de serviço; depósitos/manutenção; lavanderias; vestiários; áreas externas, a exemplo, jardins e hortas. As instituições 05, 07, 08, informaram a presença de espaços religiosos (capelas) em seu interior. A ILPIs 07 declarou disponibilizar de espaço ecumênico para as atividades religiosas.

Outro dado diz respeito à quantidade de salas disponíveis e adaptadas para atendimentos especializados, a saber: enfermagem, nutrição, odontologia, fisioterapia,

⁴ A expressão Qualidade de vida é comumente usada na atualidade e frequentemente relacionada à busca de uma velhice saudável. Ela é compreendida por Neri (2006, p.28) como “um construto sócio-psicológico e processual, que reflete formas socialmente valorizadas e continuamente emergentes de adaptação a condições de vida culturalmente reconhecidas que a sociedade oferece aos seus idosos”. Esta definição está relacionada a um processo de adaptação e não a um resultado ou meta.

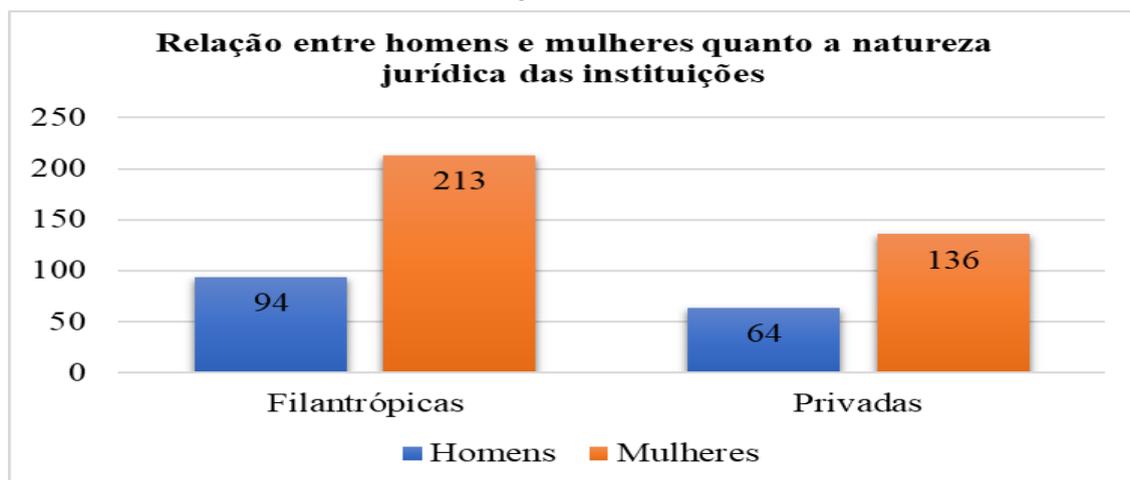
educação física, psicologia e/ou terapia ocupacional e de serviço social. Há uma prevalência nas instituições de salas de manipulação de medicamentos e de avaliação em saúde. No tocante à posse do imóvel, apenas as ILPIs 01 e 05 declararam que o imóvel é próprio. As demais não apresentaram essa informação.

2.5 Público-Alvo

O quinto quesito avaliado foi o público alvo. De início, salientamos que todas as instituições declararam, de forma unânime, que o seu público-alvo são pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Contudo, estabelecem algumas particularidades quanto ao acolhimento, como se verá adiante.

No gráfico abaixo é possível verificar a quantidade de homens e de mulheres por natureza jurídica institucional.

Gráfico 05 – Relação entre homens e mulheres



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Juiz de Fora – CMDPI/JF.

Algumas instituições declararam que o acolhimento do idoso vai depender do Grau de Dependência de Atividades da Vida Diária – AVD⁵. Segundo a Resolução

⁵ Conforme resolução 285/2005 da ANVISA. Essas atividades são comumente mencionadas pelos profissionais de geriatria e gerontologia no interior das ILPIs, elas são fundamentais na prática dos cuidados destinados aos idosos. Para melhor compreensão dessa realidade faz-se necessário compreendermos o que significa o Grau de Dependência e as Atividades da Vida Diária. Segundo a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG, as Atividades da Vida Diária (AVD) são tarefas básicas de autocuidado, elas incluem: alimentar-se, ir ao banheiro, escolher a roupa, arrumar-se e cuidar da higiene pessoal, manter-se continente, vestir-se, tomar banho, andar e transferir (por exemplo, da cama para a cadeira de rodas).



RDC nº 502, de 27 de maio de 2021, que dispõe sobre o funcionamento de Instituição de Longa Permanência para Idosos de caráter residencial, os graus de dependência são classificados da seguinte forma:

Grau de Dependência I	Idosos independentes, mesmo que requeiram uso de equipamento de autoajuda.
Grau de Dependência II	Idosos com dependência em até três atividades de autocuidado para a vida diária.
Grau de Dependência III	Idosos com dependência que requeiram assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária e/ou com comprometimento cognitivo.

Essa classificação tem implicações diretas no cuidado do idoso no espaço asilar, já que a distribuição dos cuidadores dependerá do grau de dependência do idoso. A Resolução RDC Nº 283, de 26 de setembro de 2005, que também dispõe sobre o funcionamento interno das instituições, especifica a quantidade de cuidadores quanto ao grau de dependência dos idosos:

Grau de Dependência I	1 cuidador para cada 20 idosos, ou fração, com carga horária de 8 horas/dia:
Grau de Dependência II	1 cuidador para cada 10 idosos, ou fração, por turno
Grau de Dependência III	1 cuidador para cada 6 idosos, ou fração, por turno

A análise evidencia que, enquanto a ILPIs 01 atende a idosos dependentes com grau de dependência I e II, a ILPIs 04 atende idosos com dependência nos graus I, II, III, restringindo a entrada de idosos com quadro psiquiátrico instalado. Verifica-se que o grau de dependência se torna uma das particularidades quanto à entrada do idoso na instituição, de modo que, quanto maior o grau de dependência, maior a necessidade de cuidados e de recursos humanos e financeiros.

As instituições correspondentes aos números 03 e 10 declararam atender idosos com agravos crônicos e doenças não transmissíveis. Já as instituições 02 e 09 declararam que as pessoas de seu público alvo são os idosos carentes ou aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. As instituições 07 e 08 não

apresentaram particularidades quanto ao seu público, declarando apenas a idade mínima e a prestação de serviços a ambos os sexos. Já a instituição de número 05 declarou particularidades quanto ao gênero, restringindo seu atendimento apenas a idosos do sexo feminino. A instituição de número 06 declarou a oferta de serviços aos idosos com ou sem suporte familiar.

2.6 Serviços Oferecidos

Os serviços ofertados pelas ILPIs estão dispostos no quadro 02.

Vejam: Quadro 02. Dados Gerais dos Serviços Oferecidos pelas instituições

Serviços ofertados	ILPIs 01	ILPIs 02	ILPIs 03	ILPIs 04	ILPIs 05	ILPIs 06	ILPIs 07	ILPIs 08	ILPIs 09	ILPIs 10	Total ILPIs
Nutrição	0	1	1	1	1	1	0	0	1	0	6
Psicologia/terapia	0	1	1	0	1	1	1	0	0	1	6
Enfermagem	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	5
Serviços médicos	1	1	0	0	1	1	0	0	1	0	5
Lazer	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	5
Religião	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	5
Fisioterapia	0	0	1	0	0	1	1	0	0	1	4
Atividade física	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	3
Serviço social	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	3
Fonoaudiologia	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2
Oficinas/artesanato	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2
Odontologia	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Farmácia	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Jardinagem/manutenção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Projetos assistenciais	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Totais	5	6	4	5	8	8	5	3	2	4	

Fonte: Elaborado pelo autor. Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Juiz de Fora – CMDPI/JF.

A análise dessa categoria revela a prevalência de alguns serviços oferecidos pelas instituições. Os serviços e especialidades médicas são os mais presentes, com destaque para a psicologia/terapia e a nutrição, ambas as especialidades presentes em seis instituições, seguida da enfermagem (5). Outro dado é a prevalência dos serviços médicos (5), corroborando com os achados do IPEA (2007/2008) e de Camarano e Kanso (2010), estudo em que os serviços mais prevalentes nas ILPIs eram os serviços médicos. Os serviços que se aproximam dessas especialidades são os serviços religiosos os de lazer (5). Outras especialidades listadas são a fisioterapia (4); atividade física (4); serviço social (3); fonoaudiologia (2); oficinas/artesanato (2); odontologia (1); farmácia

(1); jardinagem/manutenção (1); projetos assistenciais (1).

Os serviços que se igualam a oferta de especialidades médicas são as atividades de cunho religioso. No quadro 02, nomeamos esta dimensão como Religião em razão da complexidade semântica quanto ao nome que recebe:

- ILPI 04 – Missa Trimestral
- ILPI 05 – Celebração Eucarística
- ILPI 06 – Religiosidade
- ILPI 07 – Assistência Religiosa
- ILPI 08 – Atividade Religiosa

2.7 Atividades semanal/mensal

O último quesito avaliado foram as atividades oferecidas pelas instituições. Enquanto algumas são realizadas semanalmente, outras ocorrem periodicamente, uma ou duas vezes ao mês. Todas as instituições declararam que oferecem atividades semanais aos idosos assistidos, sendo que a periodicidade varia, podendo ser realizadas semanalmente, estendendo-se de segunda-feira a domingo. Outras atividades são realizadas com frequência mensal, nomeadas de atividades extras. Além destas, algumas ILPIs realizam comemorações de aniversário e festejam datas comemorativas, a exemplo, o carnaval, a páscoa, o dia das mães, o dia dos pais, São João e Natal. As atividades mais citadas estão relacionadas à:

Quadro 03. Descrição das Atividades Semanais e Mensais por Instituição.

Atividades semanal/mensal	ILPIs 01	ILPIs 02	ILPIs 03	ILPIs 04	ILPIs 05	ILPIs 06	ILPIs 07	ILPIs 08	ILPIs 09	ILPIs 10	Total ILPIs
Religião	1	1	1	0	1	0	1	1	0	1	7
Música	1	1	0	1	0	1	1	0	0	1	6
Ginástica/Ed. Física	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	5
Oficinas/artesanatos	1	1	0	1	0	0	1	1	0	0	5
Terapia ocupacional	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	5
Lúdicas/lazer	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	3
Fisioterapia	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	3
Convivência/ F.V*	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	3
Cinema	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	3
Estimulação da memória	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2
Dança	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Ioga	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Bingo	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Passeios	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	2
Atendimento médicos	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Totais	7	9	6	5	3	8	5	4	0	4	

Fonte: Elaborado pelo autor. Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Juiz de Fora – CMDPI/JF.

Em nossa análise, observamos que as atividades mais recorrentes nas instituições são as atividades religiosas (7). As demais atividades com maior ocorrência são: música (6); ginástica/educação física (5); terapia ocupacional (5); lúdicas/lazer (3); fisioterapia

(3); convivência e fortalecimento de vínculo (3); cinema (3); estimulação da memória (2); dança (2); ioga (2); bingo (2); passeios (2); atendimento médico (1).

Pontuamos uma distinção em relação aos dois quesitos, no caso, serviços oferecidos e as atividades semanais. No primeiro, há a predominância de serviços médicos, e no segundo, de atividades religiosas. Frente a essa realidade evidenciamos alguns pontos a serem discutidos.

Uma das questões que buscávamos compreender era sobre os reflexos do pluralismo religioso no espaço asilar. Que há uma presença religiosa no interior das ILPIs, isso não resta dúvida, essa hipótese foi corroborada com a análise. Mas, e quanto à pluralidade? As instituições filantrópicas não declaram em seus documentos a oferta de serviços religiosos, ao contrário, mesmo tendo origem religiosa, explicam que não se reconhecem como entidade de cunho religioso. Constatamos que elas também não inserem em seus documentos os serviços religiosos entre suas ofertas. Contudo, apresentam uma diversidade religiosa nos Relatórios de Atividades no quesito Atividades Semanais.

A presença religiosa no interior das ILPIs recebe várias denominações, a saber: missa; momento ecumênico; culto no lar; palavra evangélica; pastoral católica; momento espírita; adoração ao santíssimo; mães de catarina; missa (capela); atividades religiosas; missa/passe e oração católica. Destaca-se que a frequência das atividades religiosas varia de acordo com cada instituição, podendo ocorrer uma vez por semana ou até cinco vezes. Observamos que as ILPIs que declararam uma pluralidade religiosa são as instituições 01, 02, 03, 05, 08.

Na ILPIs - 01, as atividades religiosas ocorrem três vezes por semana. Na segunda-feira, a atividade recebe o nome de palestra e é realizada por um grupo espírita. Já no sábado realiza-se uma missa na capela que fica sediada no interior da ILPIs. O acesso dos idosos à missa que ocorre na igreja do bairro é liberado. A instituição declara que recebe visitação de igrejas de vários segmentos religiosos.

Na ILPIs - 02 também se observa a diversidade religiosa. Na quarta-feira, são



realizadas duas atividades religiosas: a palavra evangélica e o culto no lar. Na quinta-feira, a instituição recebe a visita de um missionário, sendo a atividade destinada aos católicos e ao público em geral. No domingo, há mais duas atividades que recebem o nome de palestra pública (reunião espírita) e momento ecumênico.

A ILPIs - 05 realiza duas atividades religiosas: na terça ela recebe o nome de Momento espiritual e na sexta-feira, de celebração eucarística. A instituição se destaca por revelar maior frequência semanal de atividades religiosas (terça, quinta, sábado, domingo e a 1ª sexta de cada mês).

Na ILPIs - 08, as atividades religiosas realizadas na terça-feira recebem o nome de adoração ao santíssimo. Na quarta-feira, a instituição recebe a visita de um grupo religioso cristão chamado As Mães de Catarina. Na sexta-feira, tem a missa na capela que fica no interior da instituição. A ILPIs declara, nos documentos, que realiza atividades extras de cunho religioso. Além das missas que ocorrem às sextas-feiras, há outras atividades esporádicas, a exemplo, a visita de representantes católicos e evangélicos (padres, pastores, ministros, freiras, leigos). A instituição informa que essas atividades têm por finalidade o bem-estar espiritual e a socialização com os residentes. Lembramos que o bem-estar espiritual está inserido na nova concepção de saúde definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em meados de 1983, em que, para além do físico, mental e social, acrescentou-se a definição de saúde a dimensão espiritual.

As ILPIs correspondentes aos números 07 e 10 declararam a oferta de atividade religiosa com certa especificidade ao universo cristão. Na primeira, a atividade recebe o nome de Oração e é realizada por missionários católicos. Na segunda, recebe o nome de momento ecumênico.

Informamos que as instituições correspondentes aos números 04, 06 e 09 não declararam a oferta da atividade religiosa nesse quesito. Todavia, isso não significa que elas não ofertam tal atividade.

Considerações Finais

Considerando o material analisado, os documentos de natureza pública (Relatórios de Atividades e Planos de Ação), o estudo mostrou que as instituições filantrópicas detêm o maior número de idosos e o maior número de ocupação, o



equivalente a 61% para 39% das instituições de caráter privado, estando mais voltadas para oferta de assistência social e de saúde. Contudo, evidenciamos um crescimento das instituições de origem privada. Esse aumento pode ser verificado em nossa amostra, ao igualarem-se as instituições filantrópicas, quando 50% das instituições são dessa natureza, confirmando os dados acerca do aumento das ILPIs privadas Brasil. A análise aponta para um aumento das instituições privadas ofertando serviços semelhantes aos das instituições filantrópicas, nas quais prevalecem os serviços de saúde.

O resultado desta análise corrobora com os estudos anteriores sobre as características das ILPIs no Brasil, particularmente, em se tratando da oferta de serviços em saúde. Os serviços e especialidades médicas são os mais presentes neste estudo, com destaque das especialidades que repousa na psicologia/terapia, nutrição e enfermagem. Contudo, evidenciamos uma nova perspectiva em se tratando da relação das ILPIs e da religião no Brasil.

Atentando para o número de ILPIs pesquisadas, constatou-se, nos documentos analisados, que a presença de atividades religiosas é predominante na maioria das instituições e que essa presença não é de apenas uma vertente religiosa e sim de várias. Nota-se uma mudança no panorama religioso das instituições para idosos, a presença religiosa no interior das ILPIs é, pois, plural, mesmo em se tratando de uma pluralidade distribuída predominantemente no segmento cristão: católicos, espíritas e evangélicos.

Outros estudos revelaram que as crenças religiosas, práticas de devoção e atividades ligadas a grupos religiosos são mais comuns entre os idosos do que em qualquer faixa etária. Para as pessoas idosas, questões relacionadas à religião têm significado muito especial, principalmente entre aqueles que vivenciam problemas de saúde, seja por doença ou pelos agravos decorrentes desta. O que se percebe, portanto, é uma relação direta do idoso com a religião desde a tenra idade, sendo que no interior das ILPIs esses laços são mantidos e reforçados, seja através de uma demanda do próprio idoso, ou como se pode verificar neste estudo, de uma oferta ou uma atividade fornecida pela própria instituição asilar.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Claudia *et al.* Trajetória das instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **HERE - História da Enfermagem Revista Eletrônica**, Brasília, v.1, n.2, p.250-



262. 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)**. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gov.br. Ministério da Saúde. Publicado às 12h12. 19/11/2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/instituicoes-de-longa-permanencia-para-idosos>

BRASIL. **Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 283, de 26 de setembro de 2005**. (Publicada no DOU nº 186, de 27 de setembro de 2005) (Revogada pela Resolução – RDC nº 502, de 27 de maio de 2021) Nacional de Vigilância Sanitária. Gov.br. Ministério da Saúde. Disponível em: http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/6278589/RDC_502_2021_.pdf/7609169b-840d-440a-b18e-e0ef725fdf3d. Acesso em: 09/03/2022.

CAMARANO, Ana; KANSO, Solange. As Instituições de Longa Permanência para Idosos no Brasil. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v.27, n.1, p.232-235, Jun 2010.

CARDOSO, Mirian; FERREIRA, Maria. Envolvimento religioso e bem estar subjetivo em idosos. **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v.29, n.2, p.380-93, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?frbrVersion=4&script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000200013&lng=en&tlng=en. Acesso em: 27/04/2022.

CELLARD, André. Análise documental. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes. p.295-316. 2008.

COSTA, Fernanda. GOTTLIEB, Maria, MORIGUCHI, Yukio. Religiosidade e sentimento de solidão em idosos. **Revista de Geriatria & Gerontologia**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil. 2018.

DUARTE, Yeda *et al.* Religiosidade e envelhecimento: uma análise do perfil de idosos do município de São Paulo. **Saúde Coletiva**, São Paulo, v.5, n.24, p.173-177, 2008. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/89d91c46da3149119da921aab62163cf/DUARTE,%20Y%20A%20de%20O%20doc%2084.p>. Acesso em: 27/04/2022.

FERREIRA, M. E. C; CORRÊA, J.C; BANHATO, E. F. C. **Desafios de Envelhecer no Século XX** – São Paulo: Residencial Santa Catarina, 2010.

GROISMAN, Daniel. Asilo de velhos: passado e presente. **Estudos interdisciplinares sobre envelhecimento**, v.2, p.67-87. 1999.

IBGE. **Tábuas Completas de Mortalidade por Sexo e Idade**: Breve análise da mortalidade no período. 2011-2012 - Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE: **Projeção da População** (revisão 2018), Rio de Janeiro, 25/07/2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9109-projecao-da-po>



pulacao.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 21/03/2022.

MOREIRA, Deiglis A. Espiritualidade e a velhice: perspectivas na produção científica. **Interações**, vol.16, 1, 2021.

NERI, Anita. **Qualidade de vida e idade madura**. Campinas: Papirus, 6d., 2006.

PEIXOTO, Clarice. **Sobre a institucionalização da velhice e as condições de asilamento**. In: Goldenberg, Mirian (org.). **Corpo envelhecimento e felicidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.341-356. 2011.

RIBEIRO, Claudio; CATENACI, Giovani. **Pluralismo religioso em Debate**. Coleção: teologia plural. São Paulo, Editora Reflexão, 2017.

RIBEIRO DE SÁ, Geraldo. Da Pluralidade ao Pluralismo Ético, Moral e Jurídico: uma reflexão a partir de Émile Durkheim (1858-1917). **Rev. Brasileira de Filosofia do Direito** | e-ISSN: 2526-012X, Maranhão, v. 3, n. 2, p. 129-148. 2017.

RIBEIRO, Claudio; FRANCO, Clarissa. A pluralidade religiosa global e nacional em questão. **Rev. Caminhos**, Goiânia, v. 18, n. 2, 308-324, 2020.

ROCHA, Alexandre. Levantamento das necessidades de lazer dos familiares dos idosos residentes em ILPIs da região metropolitana de Florianópolis. 2018.
Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/933/Alexandre%20Marques%20Rocha%20TCC%202018.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 01/04/2021.

SILVA, José; SILVEIRA, Emerson. **Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas**. (Org.) José Maria da Silva e Emerson Sena da Silveira. 8. ed. – Petrópolis, RJ: vozes, 2014.